

Arar os pontos críticos da reforma



Foto: Ed Ferreira/AE

Fotos: AE

As posições dos líderes de bancada

Nelson Pelegrino (PT)



- 1) Direito Adquirido:** Na minha opinião, não vai se mexer naqueles que já estão com direito adquirido.
- 2) Aumento da idade mínima:** Não sei se seria 60 anos. Isso é uma tendência

mundial.

3) Aumento do tempo de carência: O servidor deve contribuir para financiar a seguridade pública. Acho isso razoável.

4) Taxação dos inativos: Sou contra.

5) O governo tem maioria para aprovar? Sim.

Roberto Jefferson (PTB)



- 1) Direito adquirido:** É uma coisa intocável.
- 2) Aumento da idade mínima:** Aposentar-se aos 50 anos é um crime de lesa-pátria.

3) Aumento do tempo de carência: É uma medida correta, moralizadora

4) Taxação de inativos: Tem de ser discutido com a sociedade e os inativos.

5) O governo tem maioria para aprovar? Por enquanto, não.

José Carlos Aleluia (PFL)



- 1) Direito adquirido:** Nós não deixaremos em nenhuma hipótese que se retire o direito de quem já tem.
- 2) Aumento da idade mínima:** É palatável, desde que haja uma transição que não prejudique os que já têm os requisitos para a aposentadoria.

3) Aumento do tempo de carência: Acho isso positivo porque valoriza a carreira do servidor público.

4) Taxação de inativos: É de difícil assimilação.

5) O governo tem maioria para aprovar? Para aprovar o que ele quer, não.

Jutahy Júnior (PSDB)



- 1) Direito adquirido:** O que não pode é criar uma situação de insegurança permanente.
- 2) Aumento da idade mínima:** Não se posicionou.

3) Aumento do tempo de carência: Não se posicionou.

4) Taxação de inativos: Não se posicionou.

5) O governo tem maioria para aprovar? Não se posicionou.

Eduardo Campos (PSB)



- 1) Direito adquirido:** Quem optou pelo serviço público, mesmo que ainda não tenha completado o tempo necessário, já estaria com direito adquirido para aposentadoria. Aqueles que já completaram o tempo mas continuam trabalhando não precisam se preocupar porque esse direito será garantido em qualquer circunstância.
- 2) Aumento da idade mínima:** Deve aumentar a idade mínima.

3) Aumento do tempo de carência: Essa ideia é muito bem aceita.

4) Taxação de inativos: Não se posicionou.

5) O governo tem maioria para aprovar? Não dá para dizer.

Neiva Moreira (PDT)



- 1) Direito adquirido:** Vai ser respeitado.
- 2) Aumento da idade mínima:** Não se posicionou.

3) Aumento do tempo de carência: Não se posicionou.

4) Taxação de inativos: Não se posicionou.

5) O governo tem maioria para aprovar? Não se posicionou.

Roberto Freire (PPS)



- 1) Direito adquirido:** Ninguém vai perder nenhum direito e nem a expectativa de direito.
- 2) Aumento da idade mínima:** Sou a favor. As aposentadorias precoces são uma coisa absurda.

3) Aumento do tempo de carência: Não se posicionou.

4) Taxação de inativos: Não se posicionou.

5) O governo tem maioria para aprovar: Não se posicionou.

PRAZO E VOTAÇÃO

Enquanto os líderes de bancadas governistas apostam que o Planalto tem votos suficientes para aprovar a reforma da Previdência ainda neste ano, os deputados de partidos da oposição acham prematuro fazer qualquer previsão sobre o assunto. José Carlos Aleluia (PFL-BA), por exemplo, diz não ter dúvida de que 2003 é o ano ideal para que a matéria seja colocada em pauta e em votação, mas duvida que o governo conte com os três quintos necessários para aprovar os pontos mais polêmicos da reforma. "Pelo menos para aprovar o que ele quer, não tem voto suficiente", contabiliza.

Aleluia acha que será difícil a matéria ir ao plenário no primeiro semestre e considera inviável protelar a votação para 2004, por ser um ano eleitoral. "O governo está perdendo tempo em não enviar a proposta", avisa. O deputado disse que a tendência do partido é discutir exaustivamente ponto a ponto. "Não temos o hábito de fechar questão. Vamos votar unidos, sem punição", ironiza, numa menção à advertência feita recentemente pelo PT aos deputados da ala radical do partido.

A posição de Roberto Jefferson é semelhante até na cronologia, com pequenas alterações. "Isso vai até o fim do ano. Se a matéria chegar ao Congresso em maio, será discutida no segundo semestre para ser votada em dezembro", calcula. O parlamentar carioca também acha que será "muito difícil" a matéria ser votada em 2004 em razão das eleições, e não acredita que o governo tenha hoje os votos necessários para aprovar a reforma. Quanto à posição do partido, Jefferson diz que o debate ainda não começou, mas fornece algumas pistas. "Se o PTB decidir acompanhar o governo, vamos caminhar para o fechamento da questão".

Já Eduardo Campos (PSB-PE) acredita na aprovação dos pontos polêmicos ainda no primeiro semestre de 2003, ressaltando que a complexidade do tema exige uma abordagem diferenciada. "A reforma da Previdência não é uma questão isolada. Tem de ser vista dentro do contexto das leis trabalhistas, da reforma tributária e de tudo que aconteceu nos últimos 15 anos no País". Mesmo lembrando que Lula está determinado a promover o debate nas bases governistas e colocar o assunto em votação em breve, Campos acha que é cedo para precisar se o governo teria os votos necessários para aprovar as mudanças na Câmara.

Nelson Pelegrino, por sua vez, aposta que a vontade do governo de que as reformas sejam votadas ainda em 2003 será concretizada, como também acredita que o Planalto tem maioria para aprovar o que pretende. "Acho também que partidos que não estão na base do governo encampariam algumas teses que estão na reforma. Até o PSDB e o PFL votarão a favor em algumas delas", prevê. Segundo Pelegrino, o governo deve enviar o texto final à Câmara até maio.

INATIVOS, TETO SALARIAL E PENSÃO

A ideia de calcular as aposentadorias a partir do vencimento líquido diante dos empecilhos jurídicos na taxa dos inativos, a fixação do teto salarial e a redução do valor para 70% do valor da aposentadoria são temas que dividem os líderes de bancadas ouvidos pelo Jornal da Unicamp.

Para José Carlos Aleluia (PFL-BA), calcular as aposentadorias a partir do vencimento líquido é uma proposta de difícil assimilação por parte da bancada que lidera. "Temos que buscar o equilíbrio por meio de outros mecanismos. É injusto onerar justamente aquele que não pode fazer mais nada, já que o aposentado é o elo mais fraco dessa história", diz. Entre os mecanismos, Aleluia cita alterações no tempo de contribuição e de permanência. Quanto à fixação do teto sa-

larial, Aleluia não vê problemas, embora rejeite qualquer possibilidade de redução do valor da aposentadoria. "A bancada não vai aceitar". O deputado considera a proposta factível apenas em relação aos funcionários na ativa. "Nesse caso, não vejo problemas".

Roberto Jefferson (PTB-RJ) acha que a taxa dos inativos deve ser amplamente discutida com a sociedade. Porém, o deputado dá mostras de que vai tentar convencer sua bancada a votar a favor da proposta. "Em qualquer lugar do mundo, o inativo paga na expectativa de legar algo para a pensionista", pondera, lembrando que, em 1990, quando presidiu a Comissão de Seguridade Social, obteve a "anuência" de servidores para a cobrança do inativo. "O projeto não passou no plenário por questões políticas", diz.

Jefferson admite que o partido não tem uma posição definida

quanto à redução do valor da pensão e, no caso da fixação de um teto, sugere um sistema único e público de aposentadoria. "Para financiar hoje o Estado brasileiro é preciso criar um fundo de pensão. Ele existe em todo o mundo. É, também, uma forma de socializar o capital".

Já o líder do PT, Nelson Pelegrino, diz ser contrário à taxa dos inativos, embora reconheça que alguns setores do governo e parte dos governadores defendam a alternativa. "Basta pensar a relação custo-benefício para ver que não a pena". Ao ser indagado sobre a redução do valor das pensões, o deputado petista garantiu que o governo não trabalha com a possibilidade de tirar a aposentadoria integral dos servidores públicos. "O que se discute hoje é o sistema de captação. Como ele deve ser? Virtual ou por meio de um fundo público de pensão?" A resposta, diz Pelegrino, só virá com muito de-

bate. Eduardo Campos (PSB-PE) defende a adoção de um teto salarial, segundo ele também uma reivindicação dos governadores. "Acho que é preciso ter carreira, e não existe carreira sem piso e sem teto. Carreira só com piso também é impraticável", avalia. O deputado pernambucano disse também que a proposta de redução das pensões para 70% do valor da aposentadoria ainda é embrionária e precisa ser debatida. "Esse debate não está assentado ainda".

Para o líder do PSB, a discussão deve ser estendida à taxa dos inativos. "Se para construir uma Previdência segura for necessário fazer a equiparação da ativa com a inativa, nós estamos dispostos a discutir". Em seguida, ressalva: "Mas que seja dentro do conjunto do projeto".